



PROCESSO Nº 27.527/2021-PMM.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) nº 144/2021-CPL/PMM.

TIPO: Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de fraldas descartáveis (geriátricas e infantil) para atender o Fundo Municipal de Saúde de Marabá/PA.

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

RECURSOS: Erários municipal e federal.

PARECER Nº 117/2022-CONGEM

Ref.: Análise Complementar ao Parecer nº 65/2022-CONGEM, acerca da qualificação econômico-financeira e habilitação da empresa F CARDOSO E CIA LTDA.

1. INTRODUÇÃO

Retornam os autos para análise por este Controle Interno do **Processo nº 27.527/2021-PMM**, na modalidade **Pregão Eletrônico (SRP) nº 144/2021-CPL/PMM**, do tipo **Menor Preço por Item**, requerido pela **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**, cujo objeto é o *registro de preços para eventual aquisição de fraldas descartáveis (geriátricas e infantil) para atender o Fundo Municipal de Saúde de Marabá/PA*, sendo instruído pela secretaria requisitante e pela Comissão Permanente de Licitação (CPL), conforme especificações técnicas constantes no edital, seus anexos e demais documentos.

Dessa forma, o presente parecer tem como objetivo a análise técnica complementar acerca da comprovação de Regularidade Fiscal da empresa **F CARDOSO E CIA LTDA**, declarada vencedora dos itens **04, 06, 08 e 10** do objeto.

O processo em epígrafe encontra-se autuado, protocolado e numerado, contando ao tempo desta análise com 940 (novecentas e quarenta) laudas, reunidas em 05 (cinco) volumes.

Passemos à análise.

2. DA ANÁLISE COMPLEMENTAR

Inicialmente, temos a considerar que os atos predecessores a este Parecer complementar já foram objeto de análise, fato pelo qual, nesta oportunidade, serão levadas em consideração somente as



ocorrências que demandaram nova apreciação para emissão do Parecer Final de Regularidade.

Nesse contexto, nos termos do Ofício nº 121/2022-CPL/PMM (fl. 940, vol. V), foi solicitado pelo Pregoeiro designado para a condução do certame nova manifestação acerca dos atos posteriores ao Parecer nº 65/2022-CONGEM (fls. 794-804, vol. IV), em razão da seguinte recomendação nele contida:

- a) Sejam tomadas as providências de alçada acerca da inabilitação da empresa F CARDOSO E CIA LTDA, nos termos do subitem 4.2 do presente parecer

Referida recomendação se deu em razão do Parecer Contábil nº 47/2022-DICONT/CONGEM que identificou a ausência, no Balança Patrimonial apresentado pela empresa supracitada, do Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido.

Assim, recebidos os autos, o Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação – CPL, com fundamento no subitem 9.7 do Edital, designou nova sessão visando oportunizar a licitante a apresentar o seu Balanço Patrimonial completo sob pena de inabilitação. Nesta senda, verifica-se a ocorrência de Sessão Complementar para convocação da empresa, conforme item pósterio.

2.1 Da Sessão Complementar nº 1

Conforme se infere da Ata Complementar nº 1 do Pregão Eletrônico (SRP) nº 144/2021-CPL/PMM (fls. 896-905, vol. V), em sessão realizada em 27/01/2022, às 09h, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio para, nos termos do subitem 9.7 do Edital e art. 47 do Decreto 10.024/2019 para saneamento dos equívocos apontados no Parecer nº 65/2021-CONGEM referente a empresa F CARDOSO E CIA LTDA, concernente a apresentação de balanço incompleto.

Aberta a sessão e convocada a Licitante para a apresentação do balanço completo, a mesma, em duas oportunidades, apresentou os documentos solicitados, intitulados “00.1 HABILITAÇÃO.zip” e “balanço.zip” conforme cópia dos “ANEXOS DOS ITENS DO PREGÃO” contida no sistema *comprasnet*, que segue anexo ao presente parecer. Contudo, o pregoeiro entendeu que os documentos não estavam de acordo com o solicitado, inabilitando a empresa pela impossibilidade de aferir sua qualificação econômico-financeira. Ato contínuo, convocados os remanescentes para os itens, restou aceita a proposta apresentada pela licitante CRISTALFARMA COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Após, foi informado o prazo para a intenção de recursos, registrou-se que a empresa F CARDOSO E CIA LTDA manifestou intenção de recorrer da decisão do pregoeiro e sua equipe quanto a sua inabilitação. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15h47 do dia 31 de janeiro



de 2022, sendo lavrada e assinada a Ata.

2.2 Da Fase Recursal

Do recurso apresentado pela empresa F CARDOSO E CIA LTDA

Passada a sessão do pregão, a empresa F CARDOSO E CIA LTDA, apresentou recurso (fls. 909-910, vol. V), e limitou-se a recorrer a ponderar que o Balanço Patrimonial apresentado era válido, estando de acordo com as normas vigentes e devidamente aprovado pela Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA).

Nesses termos, requereu a procedência do recurso para que em juízo de retratação fosse reformulada a decisão de sua inabilitação.

Da Análise do Recurso Administrativo

O recurso interposto foi recebido e julgado pelo Pregoeiro (fls. 920-929, vol. V), e em sua fundamentação, ao refutar os argumentos postos pela recorrente, de que o documento não foi considerado irregular, mas incompleto, informa que ao formar os autos do processo após a sessão inicial, não observou que entre os documentos de habilitação anexados pela recorrente já constava o Balanço Patrimonial em sua integralidade, ademais, reconheceu que não juntou aos autos toda documentação apresentada pela recorrente, no caso o referido balanço, atestando que é o mesmo apresentado pela recorrente as fls. 911-918, vol. V.

Assim, reconhecendo a existência da integralidade do documento nos autos e em observância ao princípio da autotutela, conheceu do recurso para, no mérito, concede-lhe provimento, revendo a decisão de inabilitação da recorrente e declarando-a habilitada e vencedora para os itens 04, 06, 08 e 10, dando ciência as demais empresas com a juntada da decisão portal comprasnet (fls. 930-933, vol. V).

2.3 Da sessão complementar nº 02

No dia 15/02/2022, às 15h00, o pregoeiro e sua equipe de apoio reuniram-se novamente em sessão complementar para o retorno de fase, procedendo com a habilitação da empresa F CARDOSO E CIA LTDA após concedido provimento às razões recursais de tal licitante diante de sua inabilitação, o que se comprovou como equivocada (fls. 934-935, vol. V).



Destarte, dos atos praticados após as sessões complementares, foram obtidos os seguintes resultados por fornecedor (fls. 937-939, vol. V), conforme disposto na Tabela 1:

RESULTADO POR FORNECEDOR	QUANTIDADE DE ITENS ARREMATADOS	ITENS ARREMATADOS	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR (R\$)
F CARDOS E CIA LTDA	4	04, 06, 08 e 10	707.601,00
NATIVU'S EIRELI	2	01 e 07	23.544,00
V G DE SOUSA	9	02, 05, 07, 09, 11, 12, 13, 14 e 17	331.275,50
ABS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2	16 e 18	34.000,00
PIONEIRA DISTRIBUIDORA LTDA	1	15	13.986,00
TOTAL DE ITENS ARREMATADOS	18	VALOR GLOBAL	1.110.406,50

Tabela 1 – Resultados por Licitante. Itens vencidos e valores totais propostos. Pregão Eletrônico (SRP) nº 144/2021-CPL/PMM.

Para o encerramento da sessão pública, os licitantes melhor classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Divulgado o resultado da sessão, foi concedido prazo recursal em atendimento ao disposto no art. 44 do Decreto nº 10.024/2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 16h35 do dia 15 de fevereiro de 2022, sendo lavrada e assinada a Ata.

3. DAS PROPOSTAS VENCEDORAS

Da análise dos valores da proposta vencedora, constatou-se que os mesmos estão em conformidade com os constantes no Anexo II (Objeto) do edital, estando inferiores ao preço de referência para o item, conforme denotado na Tabela 2 adiante.

O referido rol contém os itens do Pregão Eletrônico de forma sequencial, as unidades de contratação, as quantidades previstas no edital, os valores unitários e totais (estimado e arrematado) dos itens e os percentuais de redução em relação aos valores estimados. Impende-nos informar que a descrição detalhada dos itens se encontra no Anexo II do Edital do Pregão em tela.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Unitário Arrematado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Valor Total Arrematado (R\$)	Redução (%)	Empresa Vencedora
1	Fralda tipo calça infantil	Pacote	300	70,70	39,99	21.210,00	11.997,00	43,44	NATIVU'S EIRELI
2	Fralda infantil tipo calça	Pacote	300	68,43	38,00	20.529,00	11.400,00	44,47	V G DE SOUSA
3	Fralda tipo calça infantil	Pacote	300	68,94	38,49	20.682,00	11.547,00	44,17	NATIVU'S EIRELI
4	Fralda geriátrica	Pacote	7.500	29,71	10,69	222.825,00	80.175,00	64,02	F CARDOSO E CIA LTDA
5	Fralda geriátrica	Pacote	2.500	29,71	8,98	74.275,00	22.450,00	69,77	V G DE SOUSA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ – CONGEM



Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Unitário Arrematado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Valor Total Arrematado (R\$)	Redução (%)	Empresa Vencedora
6	Fralda geriátrica	Pacote	26.614	28,99	9,00	768.640,86	238.626,00	68,95	F CARDOSO E CIA LTDA
7	Fralda geriátrica	Pacote	8.838	28,99	10,00	256.213,62	88.380,00	65,51	V G DE SOUSA
8	Fralda geriátrica	Pacote	15.885	29,66	9,00	471.149,10	142.965,00	69,66	F CARDOSO E CIA LTDA
9	Fralda geriátrica	Pacote	5.295	29,66	10,00	157.049,70	52.950,00	66,28	V G DE SOUSA
10	Fralda geriátrica	Pacote	27.315	28,78	9,00	786.125,70	245.835,00	68,73	F CARDOSO E CIA LTDA
11	Fralda geriátrica	Pacote	9.105	28,78	8,70	262.041,90	79.213,50	69,77	V G DE SOUSA
12	Fralda infantil descartável	Pacote	3.000	14,45	4,00	43.350,00	12.000,00	72,32	V G DE SOUSA
13	Fralda infantil descartável	Pacote	3.600	12,39	3,95	44.604,00	14.220,00	68,12	V G DE SOUSA
14	Fralda infantil descartável	Pacote	8.100	18,82	4,00	152.442,00	32.400,00	78,75	V G DE SOUSA
15	Fralda infantil descartável	Pacote	2.700	18,82	5,18	50.814,00	13.986,00	72,48	PIONEIRA DIST. LTDA
16	Fralda infantil descartável	Pacote	6.200	12,80	4,00	79.360,00	24.800,00	68,75	ABS DIST.DE MED. LTDA
17	Fralda infantil descartável	Pacote	4.600	11,92	3,97	54.832,00	18.262,00	66,69	V G DE SOUSA
18	Fralda infantil descartável	Pacote	2.300	12,08	4,00	27.784,00	9.200,00	66,89	ABS DIST.DE MED. LTDA
TOTAL						3.513.927,88	1.110.406,50	68,40	-

Tabela 2 - Detalhamento dos valores arrematados e fornecedores para cada item de contratação.

Após a obtenção do resultado do Pregão, o **valor global da Ata de Registro de Preços deverá ser de R\$ 1.110.406,50** (um milhão, cento e dez mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta centavos). Tal montante representa uma diferença de **R\$ 2.403.521,38** (dois milhões, quatrocentos e três mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos) em relação ao estimado para o objeto (R\$ 3.513.927,88), o que corresponde a uma redução de aproximadamente **68,40%** (sessenta e oito inteiros e quarenta centésimos por cento) no valor global para o item a ser contratado, corroborando a vantajosidade do pregão e, desta feita, o atendimento aos princípios da Administração Pública, essencialmente os da economicidade e eficiência.

A comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista das empresas vencedoras já consta nos autos e já foi objeto de análise por este Órgão de Controle, assim como a qualificação econômico-financeira destas, pela Diretoria Contábil desta CONGEM, nos termos do Parecer nº 65/2022-CONGEM e anexos (fls. 794-819, vol. IV). Contudo, de acordo com fato ensejador da fase complementar do Pregão, a integralidade da documentação apresentada pela licitante F CARDOSO E CIA LTDA não foi juntada aos autos, culminando com o Parecer Contábil nº 47/2022-DICONTE/CONGEM que orientou a inabilitação da empresa em tela.



3.1 Da Análise Contábil

No que tange à Qualificação Econômico-financeira, segue em anexo o Parecer Contábil nº 125/2022-DICONT/CONGEM, resultado de análise nas demonstrações contábeis da empresa **F CARDOSO E CIA LTDA** (CNPJ nº 04.949.905/0001-63).

O aludido parecer atesta que tais documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa analisada, referente ao Balanço Patrimonial do exercício 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Destarte, o Setor Contábil desta Controladoria não vê impedimento - inerente à sua análise, para prosseguimento do feito. E conclui afirmando que, em obediência à Constituição e à Lei nº 8.666/1993, todo processo decisório é de inteira responsabilidade dos representantes da Comissão de Licitação, atendendo aos princípios da eficiência e probidade administrativa.

4. DA PUBLICAÇÃO

No que concerne à publicação, aponta-se a necessidade de atendimento à norma entabulada por meio do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993:

5. DO PRAZO DE ENVIO AO MURAL DOS JURISDICIONADOS (TCM-PA)

No que diz respeito aos prazos de envio das informações ao Mural dos Jurisdicionados, devem ser observados os prazos estabelecidos no artigo 6º da Resolução nº 11.535-TCM/PA, de 01/06/2014, alterada pela Resolução Administrativa nº 43/2017-TCM/PA e Resolução Administrativa nº 04/2018-TCM/PA.

6. CONCLUSÃO

Alertamos, como medida de cautela, quanto a importância para que anteriormente a formalização de qualquer pacto contratual sejam ratificadas as condições de regularidade denotadas no Parecer anterior deste Controle Interno, bem como durante todo o curso da execução do objeto, nos termos do art. 55, XIII da Lei 8.666/1993.

Salientamos que a responsabilidade pelos atos que sucederem à análise desta Controladoria fica a cargo da autoridade ordenadora de despesas, nos termos da Lei Municipal nº 17.761/2017 e alterações.



Ante ao exposto, não vislumbramos óbice ao andamento do **Processo nº 27.527/2021-PMM**, referente ao **Pregão Eletrônico (SRP) nº 144/2021-CPL/PMM**, podendo dar-se continuidade ao certame para fins de divulgação do resultado, homologação pela autoridade competente e formalização de Atas de Registro de Preço - ARP, com consequente celebração contratual quando conveniente à Administração Municipal.

Observe-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive quanto a obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e Mural dos Jurisdicionados do TCM/PA.

À apreciação e aprovação da Controladora Geral do Município.

Marabá/PA, 22 de fevereiro de 2022.

Leandro Chaves de Sousa
Matrícula nº 56.016

Adielson Rafael Oliveira Marinho
Diretor de Verificação e Análise
Portaria nº 222/2021-GP

De acordo.

À **CPL/PMM**, para conhecimento e adoção das providências subsequentes.

LÍGIA MAIA DE OLIVEIRA MIRANDA
Controladora Geral do Município de Marabá
Portaria nº 1.842/2018-GP



PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

A Sra. **LÍGIA MAIA DE OLIVEIRA MIRANDA**, responsável pelo Controle Interno do Município de Marabá, nomeada nos termos da Portaria nº 1.842/2018-GP, declara, para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11 da RESOLUÇÃO Nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o Processo nº 27.527/2021-PMM, referente ao Pregão Eletrônico (SRP) nº 144/2021-CPL/PMM, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de fraldas descartáveis (geriátricas e infantil) para atender o Fundo Municipal de Saúde de Marabá/PA, em que é requisitante a Secretaria Municipal de Saúde - SMS, com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/1993 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo;

() Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Marabá, 22 de fevereiro de 2022.

Responsável pelo Controle Interno:

LÍGIA MAIA DE OLIVEIRA MIRANDA
Controladora Geral do Município de Marabá
Portaria nº 1.842/2018-GP